

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

102 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 22 a 26/11/2021):

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU		1
	Votação da Reforma da Política Agrícola Comum	1
	Debate com Sviatlana Tsikhanouskaya, líder da oposição bielorrussa	1
	Novas vias para uma migração laboral legal	1
	Dependência da UE de matérias-primas essenciais importadas	2
	Dimensão social	2
	Pacote sobre os Serviços Digitais	2
	Outros debates e resoluções	3
	COVID-19, a última cimeira de líderes, a COP 26 e a União da Energia	3
2. COVID-19 COM	MISSÃO EUROPEIA LIVRE CIRCULAÇÃO NA UE	3
3. CONFERÊNCIA	SOBRE O FUTURO DA EUROPA - EVENTOS NACIONAIS	4
4. PRESIDÊNCIA I	OO PE - CANDIDATA DO PPE	4
5. ACORDO DE CO	OLIGAÇÃO PARA UM NOVO GOVERNO NA ALEMANHA	5
6. TRATADO DE A	MIZADE ITÁLIA-FRANÇA	5
7. COMISSÃO EUR	ROPEIA DEMOCRACIA EUROPEIA	5
8. COMISSÃO EUR	ROPEIA UNIÃO DOS MERCADOS DE CAPITAIS	6
9. COMISSÃO EUR	ROPEIA SEMESTRE EUROPEU - PACOTE DE OUTONO	6
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE		7
	Conselho de Assuntos Gerais	7
	Conselho do Espaço Económico Europeu	7
	Conselho (Competitividade) sobre Mercado Interno e Indústria	7
	Conselho (Competitividade) sobre Investigação e Espaço	7
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		8
	Parlamento Europeu	8
	Comissão Europeia	8
	Conselho da União Europeia	8



1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Esta semana teve lugar a sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo. Principais destaques:

Votação da Reforma da Política Agrícola Comum

O PE aprovou a <u>reforma da política agrícola comum</u> (PAC), na sequência do acordo alcançado com a presidência portuguesa do Conselho em junho. Os **principais elementos** estão disponíveis <u>aqui</u> e visam tornar a PAC mais ecológica, mais justa e mais flexível, incluindo pela primeira vez uma dimensão social, com sanções aos agricultores e a outros beneficiários que recebam pagamentos diretos caso estes não assegurem condições de trabalho adequadas.

O texto acordado entre os negociadores do PE e da presidência portuguesa do Conselho, no dia 25 de junho, prevê também medidas para assegurar um apoio mais direcionado para as explorações agrícolas de menor dimensão, incluindo pagamentos redistributivos a favor das pequenas e médias explorações, e para ajudar os jovens agricultores. Foi ainda negociada, entre outras disposições, uma reserva permanente para situações de crise, destinada a ajudar os agricultores em períodos de instabilidade dos preços ou do mercado.

Foram aprovados **três regulamentos**: o <u>Regulamento Planos Estratégicos da PAC</u>, por 452 votos a favor, 178 contra e 57 abstenções, o <u>Regulamento Horizontal</u>, por 485 votos a favor, 142 contra e 61 abstenções, e o <u>Regulamento OCM única</u>, por 487 votos a favor, 130 contra e 71 abstenções.

A nova PAC cobrirá o período 2023-2027, aplicando-se até lá um regime transitório acordado em 2020. Os Estados-Membros terão de apresentar à Comissão Europeia os seus projetos de planos estratégicos nacionais. Intervieram no debate os Deputados portugueses <u>Álvaro Amaro (PPE)</u>, <u>Isabel Carvalhais (S&D)</u> e <u>Francisco Guerreiro (Verdes/ALE)</u>

Debate com Sviatlana Tsikhanouskaya, <u>líder da oposição bielorrussa</u>

Sviatlana Tsikhanouskaya discursou no Plenário do PE (discurso disponível aqui, seguido de debate), alertando os Deputados sobre a repressão contínua das vozes discordantes na Bielorrússia e pediu à UE para tomar medidas firmes contra o regime. Referiu que "O regime bielorrusso mostrou-se capaz a deter pessoas em voos internacionais, a usar inapropriadamente agências internacionais para punir dissidentes. Para armar os migrantes de uma forma decidida deliberadamente para prejudicar a estabilidade e a segurança da Europa". Fez, ainda, um apelo à União Europeia para que ajude a resolver a atual crise com os migrantes nas fronteiras entre a UE e a Bielorrússia, considerando que "Tanto os bielorrussos como os migrantes são agora reféns do regime e estes dois problemas não podem ser resolvidos separadamente." Acrescentou, ainda, que a UE deve coordenar as sanções contra o regime com os EUA e o Reino Unido de modo a que estas sejam "eficazes e não apenas simbólicas", enfatizando que "As ditaduras não têm limites geográficos naturais. Espalham-se se não forem paradas."

Novas vias para uma migração laboral legal

O PE aprovou um relatório de <u>iniciativa legislativa</u> (497 votos a favor, 160 contra e 38 abstenções) em que <u>solicita à Comissão Europeia</u> que apresente, até 31 de janeiro de 2022, um pacote de propostas para facilitar e promover a entrada e a mobilidade na UE de nacionais de países terceiros que migrem legalmente e se candidatem a emprego ou já tenham uma autorização de trabalho. Considera-se que a adoção de novas regras sobre migração legal é a forma de dar resposta aos desafios demográficos da Europa e às necessidades do mercado de trabalho.

Entre outras coisas, o PE propõe:

-

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE



- a **criação de uma "reserva de talentos"** à escala da União para os nacionais de países terceiros que pretendam candidatar-se a um emprego;
- as p**arcerias entre os Estados-Membros e os países terceiros** devem ser abertas a trabalhadores de todos os níveis de competências, propondo medidas adicionais para impedir a exploração laboral;
- criação de um **regime de admissão com condições** de entrada e residência para trabalhadores independentes e empresários, especialmente que criem pequenas e médias empresas e *start-ups*, bem como para artistas e profissionais da cultura.

Dependência da UE de matérias-primas essenciais importadas

O PE <u>aprovou</u> um relatório (disponível <u>aqui</u>) que defende uma **estratégia europeia de matérias-primas essenciais**, desenvolvendo uma "cadeia de valor sustentável das baterias responsável e sustentável através do aprovisionamento de <u>matérias-primas essenciais</u>, como grafite, cobalto e lítio, a partir de novas instalações na UE".

De acordo com <u>dados da Comissão Europeia</u>, o aprovisionamento de várias matérias-primas essenciais está fortemente concentrado fora da União, com a China a fornecer 98% do aprovisionamento da UE de elementos de terras raras, a Turquia fornece 98% do aprovisionamento europeu de borato e a África do Sul 71% de platina, 92% de irídio, 80% de ródio e 93% de ruténio. Os cenários futuros indicam que para as baterias de veículos elétricos e o armazenamento de energia, a UE precisará de até 18 vezes mais lítio e 5 vezes mais cobalto em 2030, e quase 60 vezes mais lítio e 15 vezes mais cobalto em 2050, em comparação com o fornecimento atual para toda a economia da UE. Interveio no debate a Deputada portuguesa <u>Maria da Graça Carvalho (PPE)</u>.

Dimensão social

O PE aprovou o mandato de negociação sobre a proposta de diretiva relativa a salários mínimos adequados na UE por 443 votos a favor, 192 contra e 58 abstenções, com base no texto aprovado na comissão parlamentar do Emprego e dos Assuntos Sociais no dia 11 de novembro. Destaca-se, nesta posição do PE (mais informação aqui), a defesa de que o salário mínimo deve assegurar aos trabalhadores um nível de vida decente, que a negociação coletiva deve ser reforçada nos países em que cobre menos de 80% dos trabalhadores e que as prerrogativas nacionais e a autonomia dos parceiros sociais para determinar os salários devem ser respeitadas.

Por outro lado, o PE <u>solicitou à Comissão Europeia que apresente</u>, antes do final de 2022, uma proposta legislativa para a <u>criação de um passaporte europeu de segurança social</u> (PESS), com o objetivo de proteger melhor os trabalhadores móveis e os seus direitos, tornando também os procedimentos administrativos mais fluidos e atempados. Um PESS digital contribuiria para a verificação em tempo real da situação em termos de seguro e de contribuições dos trabalhadores móveis por parte das autoridades nacionais competentes, a prevenção de práticas desleais, como os abusos e a fraude social, bem como para o combate ao trabalho não declarado.

Pacote sobre os Serviços Digitais

Demos nota, na <u>Síntese n.º 101</u>, do <u>acordo</u> entre os negociadores do PE sobre o **Regulamento sobre Mercados Digitais**, com alterações de compromisso que incluem sete empresas: Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft, Booking e possivelmente Zalando, mas excluindo a empresa chinesa Alibaba.



Recorde-se que o projeto deste regulamento introduz uma série de proibições e obrigações contra as plataformas de *gatekeepers* por forma a reequilibrar a equidade da economia digital. A Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores aprovou esta semana o <u>relatório sobre este regulamento</u>. No que diz respeito ao Regulamento sobre os Serviços Digitais, o Conselho aprovou <u>a sua posição negocial</u>, que será a base para as negociações com o PE.

Outros debates e resoluções

- COVID-19, a última cimeira de líderes, a COP 26 e a União da Energia
- Votação do Orçamento da UE para 2022: investir mais na recuperação
- Desporto: PE opõe-se a competições dissidentes
- Democracia e liberdade de imprensa na Eslovénia
- Estratégia farmacêutica da UE
- Reforma da Organização Mundial do Comércio

2. COVID-19 | COMISSÃO EUROPEIA | LIVRE CIRCULAÇÃO NA UE

A Comissão Europeia apresentou esta semana medidas para <u>atualizar as regras de coordenação da segurança da livre circulação na UE</u>, que foram adotadas em resposta à pandemia de COVID-19. A secção de <u>Perguntas e respostas</u> evidencia os principais elementos desta <u>proposta da Comissão de recomendação do Conselho para facilitar uma livre circulação segura durante a pandemia de COVID-19.</u>

As principais atualizações introduzidas na abordagem comum das medidas relativas às viagens na UE, propostas pela Comissão, são as seguintes:

- **Uma abordagem personalizada:** as pessoas que possuem um Certificado Digital COVID da UE válido não devem, em princípio, ser sujeitas a restrições adicionais, como a realização de testes ou quarentena, independentemente do seu local de partida na UE.
- Validade normalizada do certificado de vacinação: A fim de evitar abordagens divergentes e disruptivas, a Comissão propõe um período de aceitação normalizado de 9 meses para os certificados de vacinação emitidos após a conclusão da vacinação primária. O período de 9 meses tem em conta as orientações do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) para a administração das doses de reforço após 6 meses e prevê um período adicional de 3 meses para assegurar a adaptação das campanhas nacionais de vacinação e o acesso dos cidadãos à vacinação de reforço.
- **Injeções de reforço**: Até à data, não existem estudos que considerem expressamente a eficácia da vacinação de reforço contra a transmissão da COVID-19 e, por conseguinte, não é possível determinar um período de aceitação para esta vacinação. No entanto, tendo em conta os novos dados, é de esperar que a proteção obtida através da vacinação de reforço tenha uma eficácia mais longa do que a adquirida com a vacinação primária.
- **Atualização do mapa epidemiológico da UE**: combinando a ocorrência de novos casos com a taxa de utilização das vacinas em cada região.
- **Isenção de determinadas medidas relativas às viagem:** devem aplicar-se aos trabalhadores transfronteiriços, às crianças com menos de 12 anos de idade e aos viajantes indispensáveis.
- **Procedimento de «travão de emergência» simplificado:** o procedimento de emergência destinado a atrasar a propagação de novas variantes eventuais da COVID-19 que suscitam especial preocupação ou interesse deve ser mais simples e operacional. Deve incluir uma



notificação dos Estados-Membros à Comissão e ao Conselho e uma mesa-redonda no Conselho de Resposta Política Integrada a Situações de Crise (IPCR).

A fim de dar tempo suficiente para a aplicação da abordagem coordenada, a Comissão propõe que estas atualizações sejam aplicáveis a partir de 10 de janeiro de 2022.

3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - EVENTOS NACIONAIS

Após o evento nacional subordinado ao tema «**Migrações e Parcerias Internacionais**», organizado pela Assembleia da República, no passado dia 15 de novembro (toda a informação está disponível <u>aqui</u>, incluindo a <u>gravação vídeo da reunião</u>), realizou-se no dia 19 de novembro, em Ponta Delgada, <u>segundo debate desta natureza</u>, organizado pelo Governo e dedicado ao tema <u>O contributo da dimensão atlântica para a segurança internacional no contexto do papel da UE no mundo.</u>

Recorde-se que estes eventos nacionais são uma parceria entre a Assembleia da República, o Governo, Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, Representação da Comissão Europeia em Portugal, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Conselho Económico e Social e Conselho Nacional da Juventude.

É de referir, ainda, que a segunda sessão do 4.º Painel de cidadãos europeus no quadro da Conferência sobre o Futuro da Europa tem lugar nos dias 26 e 28 de novembro na sede do PE, em Estrasburgo (formato online).

O painel «<u>A UE no mundo / migração</u>» analisa o papel da UE no mundo, incluindo os objetivos e as estratégias para a segurança da UE; a defesa; a política comercial; a ajuda humanitária e a cooperação para o desenvolvimento; a política externa, a política de vizinhança e o alargamento da UE.

PORTUGUESA GOVERNO DOS ACORES O CONTRIBUTO DA DIMENSÃO ATLÂNTICA PARA A SEGURANÇA INTERNACIONAL NO CONTEXTO DO PAPEL DA UE NO MUNDO 19 Novembro/ 17h00 stro Micaelense/ Online SESSÃO DE ABERTURA 17H00-17H15: - Dulce Bradford, Moderadora - José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo dos Açores - Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus DEBATE COM A AUDIÊNCIA 17H15-18H50: - Pedro do Nascimento Cabral, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada - Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus - Pedro de Faria e Castro, Subsecretário Regional da Presidência - José Manuel Fernandes, Deputado ao Parlamento Europeu - Isabel Oneto, Deputada à Assembleia da República

onfirmações: SRP@azores.gov.p

ENCERRAMENTO

- Dulce Bradford, Moderadora

18H50-18H55

O painel está também relacionado com a forma como a UE deve lidar com a migração.

As sessões serão transmitidas em linha através do portal EBS+.

4. PRESIDÊNCIA DO PE - CANDIDATA DO PPE

O grupo político do Partido Popular Europeu (PPE) elegeu a Primeira Vice-Presidente do PE, **Roberta Metsola (Malta), como a sua candidata para ser Presidente do PE** na segunda metade da legislatura, tendo recolhido 112 votos, contra 44 da neerlandesa Esther de Lange e 18 dos austríaco Othmar Karas.

O atual Presidente do PE, David Maria Sassoli, deu sinais esta semana de que o grupo S&D deverá procurar manter a Presidência do PE que, nos termos do <u>acordo estabelecido em 2019</u>, seria - em princípio - dividida em dois períodos de dois anos e meio: o inicial para o S&D e o segundo para o PPE. A eleição será no dia 18 de janeiro, na sessão plenária do PE.



5. ACORDO DE COLIGAÇÃO PARA UM NOVO GOVERNO NA ALEMANHA

Após as eleições do passado dia <u>26 de setembro</u> na Alemanha, o SPD (socialistas), Verdes e Liberais concluíram um <u>acordo de coligação para formar um novo governo</u>. O Chanceler será **Olaf Scholz** (SPD). Apresentamos, de seguida, uma sequência de tweets do *Politico* que permitem ilustrar a distribuição de ministérios entre a coligação:



6. TRATADO DE AMIZADE ITÁLIA-FRANÇA

Após vários anos de divergências sobre várias matérias, a Itália e a França preparam-se para **celebrar um** <u>Tratado de Amizade</u> (Tratado do Quirinale), estabelecendo as bases de uma cooperação bilateral aprofundada em vários setores, como a indústria, a defesa e a cultura.

7. COMISSÃO EUROPEIA | DEMOCRACIA EUROPEIA

A Comissão Europeia <u>apresentou esta semana</u> uma proposta sobre a **transparência e direcionamento da publicidade política**, com o objetivo de salvaguardar a integridade eleitoral e a abertura do debate democrático. As principais medidas desta proposta incluem:

- <u>âmbito de aplicação</u>: anúncios políticos abrangem também anúncios feitos por, para ou em nome de um interveniente político e anúncios sobre questões sociais e políticas suscetíveis de influenciar os resultados das eleições, referendos, processos legislativos e comportamentos de voto;
- <u>advertências de transparência</u>: publicidade política paga deve conter advertências que a identifiquem claramente;
- condições estritas para o direcionamento e a amplificação: proibindo técnicas de direcionamento e amplificação de campanhas políticas que utilizam dados pessoais sensíveis, exceto nos casos de consentimento explícito;
- <u>aplicação de coimas em caso de incumprimento</u>: as coimas a aplicar pelos Estados-Membros devem ser eficazes, proporcionadas e dissuasivas neste âmbito.

A Comissão propôs também a revisão das regras da UE em matéria de financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias, por forma a colmatar as lacunas existentes, nomeadamente as que impediam os partidos e fundações de funcionar e cumprir a sua



missão de representação, visando facilitar as interações entre os partidos europeus e os seus partidos membros nacionais, aumentando a transparência.

Foi ainda proposta a atualização das regras vigentes em matéria de eleições europeias e municipais para os cidadãos da UE que residem num Estado-Membro diferente do seu Estado de nacionalidade (cidadãos móveis).

A Comissão elaborou uma seção de perguntas e respostas sobre o tema.

8. COMISSÃO EUROPEIA | UNIÃO DOS MERCADOS DE CAPITAIS

A Comissão Europeia adotou também um <u>pacote de medidas</u> para ajudar as empresas a angariar capital em toda a UE e garantir que os europeus beneficiam das melhores soluções para as suas poupanças e investimentos. Após o lançamento do <u>Plano de Ação de 2020 para a União dos Mercados de Capitais</u>, a Comissão propõe medidas para reforçar os mercados de capitais europeus. A Comissão apresentou ainda uma comunicação que define as medidas a tomar no próximo ano para estimular o mercado. As <u>propostas legislativas adotadas</u> incluem:

- O ponto de acesso único europeu (PAUE): colocar as informações à disposição dos investidores ponto de acesso único às informações públicas financeiras e em matéria de sustentabilidade sobre as empresas e os produtos de investimento da UE, conferindo às empresas uma maior visibilidade junto dos investidores, dando-lhes assim acesso a mais fontes de financiamento;
- Revisão do Regulamento relativo aos Fundos Europeus de Investimento a Longo Prazo (ELTIF): para incentivar o investimento a longo prazo, nomeadamente por parte dos pequenos investidores, aumentando a atratividade dos ELTIF para os investidores e o seu papel como fonte complementar de financiamento para as empresas da UE;
- Revisão da Diretiva Gestores de Fundos de Investimento Alternativos (AIFMD), reforçando a eficiência e a integração do mercado dos fundos de investimento alternativos e harmonizando as regras relativas aos fundos que concedem empréstimos às empresas, protegendo os investidores e a estabilidade financeira;
- Revisão do Regulamento Mercados de Instrumentos Financeiros (MiFIR): por forma a reforçar a transparência através da introdução de um «sistema europeu de informação consolidada» para facilitar o acesso de todos os investidores aos dados de negociação, em tempo quase real, relativos a ações, obrigações e derivados em todas as plataformas de negociação na UE.

A Comissão preparou também sobre este tema uma seção de perguntas e respostas.

9. COMISSÃO EUROPEIA | SEMESTRE EUROPEU - PACOTE DE OUTONO

A Comissão lançou o <u>ciclo Semestre Europeu de 2022</u> para a coordenação das políticas económicas (pacote de outono do Semestre Europeu) com base nas <u>previsões económicas do outono de 2021</u>, e que engloba:

- a <u>Análise Anual do Crescimento Sustentável</u>, que propõe um programa ambicioso, reorientando a UE para a retoma sustentável e equitativa, reforçando a resiliência da sua economia e definindo a forma como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) será integrado neste ciclo, assim como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- os <u>pareceres sobre os projetos de planos orçamentais (PPO) dos Estados-Membros da área do euro para 2022</u>, que têm em conta o facto de que a cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento continuará a ser aplicável em 2022;



- as <u>recomendações estratégicas para a área do euro</u>, que apelam à manutenção de uma orientação orçamental moderadamente expansionista, devendo as medidas de política orçamental orientar-se progressivamente no sentido de investimentos que promovam uma recuperação resiliente e sustentável, assim como o <u>Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (RMA)</u> que visa detetar potenciais desequilíbrios macroeconómicos e que conclui que se justificam apreciações aprofundadas para doze Estados-Membros, nos quais se inclui Portugal;
- a proposta de <u>relatório conjunto sobre o emprego</u>, que confirma a recuperação do mercado de trabalho, apesar de o emprego ainda não ter regressado aos níveis registados antes da crise.

Os Comissários <u>Valdis Dombrobyskis</u> e <u>Paolo Gentiloni</u> proferiram declarações sobre o tema.

A seção de perguntas e respostas encontra-se disponível aqui.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho de Assuntos Gerais

Os ministros trocaram <u>pontos de vista sobre o Conselho Europeu</u>, que decorrerá nos dias 16 e 17 de dezembro e que deverá abordar questões como a coordenação da resposta à pandemia de COVID-19, a evolução dos preços da energia, projeto de Orientações Estratégicas, preparação da Cimeira UE-UA e situação migratória. Foram aprovadas <u>conclusões</u> sobre **resiliência e capacidade de resposta a situações de crise**, feito o ponto de situação sobre o alargamento e o processo de estabilização e de associação, realizado um debate no âmbito do diálogo anual sobre o <u>Estado de direito</u>, centrando-se na situação na Croácia, na Itália, em Chipre, na Letónia e na Lituânia, um debate sobre as relações entre a UE e o Reino Unido, em especial, soluções práticas no âmbito do **Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte,** foi apresentado o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022 e foi adotado o orçamento da UE para 2022.

Conselho do Espaço Económico Europeu

Os <u>membros do EEE</u> discutiram o <u>funcionamento geral do Acordo sobre o Espaço Económico</u> <u>Europeu e um debate político sobre a Nova Política Industrial</u>. Os ministros procederam ainda a uma troca de opiniões informais sobre a China, a Bielorrússia e a Bússola Estratégica.

Conselho (Competitividade) sobre Mercado Interno e Indústria

A <u>reunião</u> focou sobretudo os Regulamentos dos Serviços Digitais e dos Mercados Digitais (vídeos dos debates disponíveis <u>aqui</u> e <u>aqui</u>), adotando por unanimidade uma abordagem geral sobre ambos, tendo sido ainda realizado um debate sobre a implementação do <u>plano de recuperação para a Europa</u> e prestadas informações sobre a política de concorrência e <u>iniciativas legislativas</u> diversas.

Conselho (Competitividade) sobre Investigação e Espaço

Os ministros adotaram nesta <u>reunião conclusões</u> sobre a futura governação do Espaço Europeu da Investigação (EEI) e uma <u>recomendação</u> do Conselho sobre um Pacto para a Investigação e Inovação na Europa. Realizaram ainda um debate de orientação sobre a realização de objetivos intersetoriais. Na área «espaço», foram adotadas conclusões sobre *o Espaço para todos* e realizado um debate de orientação sobre o desenvolvimento sustentável a longo prazo e o financiamento do *Novo Espaço*.



11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das Comissões parlamentares do PE, destacando-se o debate sobre a <u>Bússola Estratégica</u>, sobre os resultados da <u>COP-26</u>, sobre o <u>Mecanismo de Ajustamento Fronteiriço de Carbono</u> e sobre a questão dos direitos fundamentais no âmbito do <u>Projeto Pegasus</u>.

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>1 de dezembro</u>, destacando-se a comunicação sobre a **Ponte** Global (*Global Gateway*), o pacote sobre a justiça digital e a comunicação sobre o combate aos novos desafios da COVID-19.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 29.11: Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto); Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)
- 02.12: Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)

Bruxelas | 26 de novembro de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro |+32 493 39 99 73

e Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.